



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

January 2022 | PT

[TGV2/E7: Ano Europeu da Juventude 2022: a capacitação dos jovens deve começar pela ação climática](#)

No momento em que iniciamos o Ano Europeu da Juventude 2022, perguntámos a três dirigentes quais as suas principais expectativas para o novo ano. Para todos eles, o sucesso da iniciativa dependerá da participação dos jovens nas decisões fundamentais para o clima que serão tomadas pelos adultos. **Adélaïde Charlier**, uma das líderes do movimento Fridays for Future, não tem qualquer dúvida: este é um aspeto em que o Ano Europeu da Juventude não pode falhar. O vice-presidente do CESE, **Cillian Lohan**, e o comissário europeu do Ambiente, **Virginijus Sinkevičius**, por seu lado, elogiam a juventude europeia pelos seus protestos, que alertaram para este problema urgente, colocando as questões climáticas no topo das prioridades da agenda da UE.

Available Languages:

ES

BG

CS

DA

EN

DE

ET

FR

EL

GA

HR

IT

LV

LT

HU

MT

EDITORIAL



Encontrar, em conjunto, a energia para o otimismo e a esperança

Antes de mais, gostaria de expressar a minha tristeza perante o falecimento inesperado do presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli. Em maio de 2020, David Sassoli observou que a pandemia mostrara que a UE dispunha de um «importante trunfo: a sociedade civil». Sentiremos a sua falta.

São passados dois anos desde que, pela primeira vez, ouvimos falar da COVID-19. Após os primeiros relatos sobre um vírus com potencial para se tornar uma pandemia mundial, estou certo de que ninguém imaginava que ele ainda seria um problema em 2022.

Entrámos num novo ano, e procuraremos mais uma vez encontrar a energia para ter otimismo e esperança.

O lema da Presidência francesa do Conselho da UE parece justificar-se: retoma, pujança, pertença. Ao descrever as três prioridades da Presidência, o presidente Emmanuel Macron partilhou as suas reflexões sobre uma Europa mais soberana, um modelo europeu de crescimento e uma Europa humanista.

Por muito que queiramos passar a outras questões além da pandemia, os desafios com que todos nos deparamos são enormes e terão de ser superados, independentemente da futura evolução da COVID.

Haverá uma nova ênfase na defesa europeia, à medida que as tensões em todo o mundo, perto e longe de nós, chamam a atenção para problemas nesse domínio.

A cooperação e a colaboração serão essenciais, como demonstra a Conferência dos Balcãs Ocidentais prevista para junho.

No mês que vem, juntamente com os presidentes Charles Michel e Ursula von der Leyen, a França organiza uma cimeira que reunirá os dirigentes da União Europeia e da União Africana. A cimeira visa reconstruir um

novo pacto económico e financeiro com a África. A Presidência francesa pretende lançar um programa nos domínios da educação, da saúde e do clima à altura dos desafios que a África enfrenta.

Este ano foi proclamado Ano Europeu da Juventude, e a liderança assumida pelos jovens no que diz respeito ao clima veio mostrar o poder que um grupo social empenhado pode exercer. As campanhas dos jovens colocaram a ecologia entre as principais prioridades políticas. Uma série de propostas legislativas a apresentar este ano definirá os complexos pormenores das soluções para alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Será um desafio e causará perturbações, mas é a única opção disponível após anos em que pouco se fez no domínio do clima e das emissões. É urgente agir, e teremos de aceitar mas também de gerir essas perturbações, para assegurar que o impacto seja equitativo e que haja apoios para proteger os elementos mais vulneráveis da sociedade. Esta filosofia tornou-se parte da nossa atitude mental desde que convivemos com uma pandemia mundial que representa uma ameaça cada vez maior para a vida de determinados grupos vulneráveis.

Por último, teremos, como é óbvio, as conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa. No CESE, empenhámo-nos na comunicação, organizámos eventos e consultas e procurámos assegurar que somos um canal para as vozes dos cidadãos e das comunidades de toda a Europa. É essencial que a UE desenvolva a sua perspetiva própria e reflita todas estas vozes. Resta saber se a Conferência sobre o Futuro da Europa produzirá resultados concretos, mas o CESE continuará a ser um ponto de ligação com os cidadãos e a assegurar que todos os pontos de vista são ouvidos nos debates sobre o nosso futuro comum.

Cillian Lohan, vice-presidente do CESE

AGENDA

31 de janeiro de 2022, Bruxelas

[Matérias-primas críticas: um elemento essencial para o futuro da Europa](#)

4 de fevereiro de 2022, Bruxelas

[Plano de ação renovado da UE contra o tráfico de migrantes \(2021-2025\)](#)

11 de fevereiro de 2022, Bruxelas

[Conferência sobre direitos fundamentais na era digital](#)

23 e 24 de fevereiro de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE



DIRETO AO ASSUNTO!

Na nossa nova rubrica «Direto ao assunto», solicitamos aos membros do CESE que partilhem com os leitores pareceres com um impacto importante na vida quotidiana da UE.

Desta vez, damos a palavra a **Stefan Back**, relator do Parecer – Revisão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE), incluindo o transporte marítimo e a reserva de estabilização do mercado.



STEFAN BACK: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO CELE REVISTO

O CESE considera que a proposta relativa ao sistema de comércio de licenças de emissão (CELE) é um dos elementos centrais do pacote Objetivo 55, cujo objetivo geral é reduzir as emissões de CO₂ em 55% até 2030. Para o efeito, reforçou-se a ambição do CELE e reduziu-se o número de licenças de emissão disponíveis. A proposta relativa ao CELE salienta que todos os setores devem contribuir para alcançar as metas do Objetivo 55. As emissões dos transportes não diminuíram desde 1990, pelo que são prioritárias.

A proposta alarga o CELE ao setor do transporte marítimo, incluindo trajetos de e para a UE, que assim se junta ao setor da aviação, já incluído. Propõe um sistema separado e paralelo para os transportes rodoviários e o setor dos edifícios que, em vez dos respetivos operadores económicos, visa as empresas distribuidoras de combustíveis fósseis. Para os operadores, o sinal de preço enviado assemelha-se a um imposto sobre os combustíveis.

Espera-se que o CELE revisto reduza as emissões de CO₂, incentive o desenvolvimento de soluções descarbonizadas e impulsione a inovação.

Porém, conduzirá igualmente a um aumento dos custos para os setores abrangidos, o que afetará, por sua vez, o nível geral dos preços.

Tal poderá, nomeadamente, reduzir a competitividade da indústria europeia, a menos que os demais países sigam o exemplo da UE.

O Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) visa assegurar que os produtos baratos produzidos sob condições menos exigentes não possam competir no mercado da UE. No entanto, não abrange todos os setores, nomeadamente os serviços e, em particular, os transportes, e não promove a exportação de mercadorias e serviços.

Por conseguinte, é fundamental que a diplomacia climática da UE consiga persuadir outros países a seguirem o exemplo da União Europeia.

O aumento dos custos comporta igualmente o risco de aumento da pobreza energética e em matéria de mobilidade.

A transição para uma sociedade sem carbono exigirá a adaptação dos trabalhadores a novos requisitos de competências através da melhoria de competências e da requalificação.

O pacote prevê resolver os problemas da transição através de diversos fundos: o Fundo de Modernização, o Fundo de Inovação e o Fundo Social, que serão em grande medida financiados pelas receitas do CELE e do CBAM. Porém, tal como constam das propostas, estes fundos não serão suficientes face às enormes necessidades de investimento para a transição.

Os transportes rodoviários e o setor dos edifícios, bem como o transporte por vias navegáveis na UE, também são abrangidos pelo Regulamento Partilha de Esforços, o que significa que as respetivas reduções de emissões de CO₂ ao abrigo do CELE contarão para as quotas de redução dos Estados-Membros.

No entanto, cria-se simultaneamente o risco de restrições adicionais se um Estado-Membro necessitar de reduções suplementares de CO₂.

O transporte rodoviário de mercadorias e o transporte marítimo podem ser particularmente afetados no âmbito do CELE, visto que ainda não há soluções descarbonizadas a preços razoáveis para estes setores.

Em suma, os principais desafios identificados no parecer do CESE são:

- Os custos mais elevados que afetarão a indústria e o setor dos serviços da UE, com o risco de perda de competitividade no mercado mundial;
- O risco de pobreza energética e em matéria de mobilidade;
- A necessidade de adaptação da indústria e do setor dos serviços;
- A requalificação e a melhoria de competências dos trabalhadores;
- A captação dos investimentos necessários para gerir a transição – a ajuda dos fundos da UE será largamente insuficiente;
- Convencer outros países a seguirem o exemplo – um desafio de relevo para a diplomacia climática da UE.

As organizações da sociedade civil apoiam firmemente os objetivos do pacote. Contudo, o seu êxito carece de uma identificação atempada dos problemas, a fim de desenvolver soluções adequadas.

Sem dúvida, os desafios são consideráveis, mas os potenciais benefícios de a UE liderar o caminho rumo à neutralidade carbónica são enormes. Se conseguirmos gerir os desafios sociais e gerar os investimentos necessários, poderemos ser pioneiros na criação de um mundo sem carbono.

Stefan Back, membro do CESE



LUCA JAHIER: HOMENAGEM A DAVID SASSOLI, PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU, FALECIDO EM 11 DE JANEIRO DE 2022

Hoje, estamos pesarosos e invadidos por um vazio incolmatável devido à perda de um amigo, de um jornalista que deixou a sua marca, de um político completo como poucos, de um grande europeísta. Sobre ele, podemos dizer que mudou verdadeiramente a história da União Europeia durante a pandemia, mantendo aberto o Parlamento Europeu e ficando sempre próximo dos mais fracos, incluindo com iniciativas completamente invulgares, como quando, na primeira vaga da pandemia, fez evacuar um dos edifícios do Parlamento para o colocar à disposição como espaço de recuperação e abrigo para mulheres e mães solteiras com COVID.

A Europa tem ainda muito a dizer, se soubermos dizê-lo juntos. Se formos capazes de colocar as disputas políticas ao serviço dos nossos cidadãos, se o Parlamento der ouvidos aos seus anseios, às suas apreensões e às suas necessidades. Será este o legado político de David Sassoli, que norteou todo o seu percurso como presidente do Parlamento Europeu, eleito quase por surpresa depois das eleições europeias de 2019.

A capacidade de fomentar acordos num Parlamento muito mais dividido do que os anteriores, conseguindo assegurar à presidente indigitada Ursula von der Leyen uma maioria mais ampla do que a dos seus predecessores, em torno de um programa político altamente transformativo e inteiramente orientado para as transições necessárias para uma Europa sustentável, inovadora, assente nos valores e nos direitos, social e estrategicamente autónoma. A capacidade de constituir um ponto de referência sólido na adoção de todas as medidas necessárias para enfrentar o surto da pandemia, assegurando a máxima participação democrática nas muitas decisões urgentes que mudaram a face da Europa. Até ao impulso decisivo, que permitiu transformar, em poucos meses, as propostas de Emmanuel Macron e Angela Merkel e da Comissão Europeia no maior plano de recuperação e resiliência que a história europeia conheceu. Graças a um apoio unitário do Parlamento Europeu, raramente visto antes.

Foi um homem, um jornalista e um político bondoso e honrado, capaz de compreender a verdadeira dimensão das coisas, e de si mesmo. Uma das poucas pessoas a que nem a imagem nem os altos cargos deram um (falso) sentido de onipotência. David Sassoli fez de três dos seus dons naturais (a coerência, a lealdade e a cortesia) as três armas mais poderosas da sua vida e da sua ação política. Dado que tive muitas vezes de o contactar diretamente, não posso senão recordar que o seu sorriso e o seu olhar, que procurava sempre estabelecer uma relação pessoal com cada interlocutor, eram a verdadeira marca da sua

ação e dos seus êxitos.

Um exemplo para todos nós: saber sorrir a todos, e desta inteligente lhaneza extrair a energia para agir em conjunto e para servir. Eram as suas raízes de católico democrático, tomado de uma espiritualidade viva e profunda, inspirada por David Maria Turolto (cujo nome ostentava), Giuseppe Dossetti e Giorgio La Pira, cujo legado popularizou enquanto jornalista.

Extraio as seguintes palavras da sua última mensagem, gravada com os seus votos natalícios poucos dias antes de ser novamente hospitalizado: «A esperança somos nós, quando não fechamos os olhos diante das pessoas necessitadas, quando não erigimos muros nas nossas fronteiras, quando combatemos todas as injustiças; felicidades para nós e para a nossa esperança.»

Obrigado, David. Um abraço à Sandra, e aos filhos que tanto amaste.

Luca Jahier

Este artigo foi publicado no sítio Web italiano VITA em 11.1.2022.

Luca Jahier, jornalista italiano, membro do Comité Económico e Social Europeu desde 2002 e seu presidente de 2018 a 2020.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitámos a Thierry Libaert, membro do CESE, que se pronunciasse sobre uma questão de atualidade que atrai constantemente a atenção do público - a luta contra a desinformação.

Thierry Libaert é membro do CESE desde 2010, onde integra o Grupo Diversidade Europa. Autor de vários livros e artigos sobre a Europa, a comunicação, o ambiente e as crises, é também o ponto de contacto da delegação francesa e copresidente da Categoria dos Consumidores e Ambiente. (ehp)



É absolutamente urgente combater a desinformação

CESE Info: Enquanto relator do Parecer do CESE, adotado na reunião plenária de dezembro de 2021, sobre as orientações da Comissão Europeia relativas ao reforço do Código de Conduta sobre Desinformação, pode explicar em que medida a desinformação constitui uma ameaça para a democracia e o que a sociedade civil deve fazer e como para impedir a propagação de notícias falsas?

Thierry Libaert: A desinformação é uma ameaça para as democracias, uma vez que compromete a nossa confiança nas instituições públicas ou nos dados científicos revelados. Entre uma verdade complexa e uma informação falsa, mas imediatamente compreensível, preferimos muitas vezes a informação falsa. A desinformação não é apenas uma questão de credulidade, sendo por vezes utilizada com objetivos geopolíticos de destabilização, nomeadamente em tempos de eleições.

O parecer, adotado em 9 de dezembro de 2021, tem por objetivo principal solicitar uma intervenção mais firme da Comissão Europeia para impedir o surgimento da desinformação e não apenas para mitigar as suas consequências. Podemos sempre tentar limitar os efeitos de um incêndio, mas é mais útil evitar a sua deflagração.

Há muitas formas de combater a desinformação. Uma delas consiste em combater a sua monetização. Juntamente com o nosso grupo de trabalho, apercebemo-nos de que a desinformação é um verdadeiro negócio. Uma vez que a informação falsa circula, em média, seis vezes mais rapidamente do que a informação verdadeira, e é mais partilhada e comentada, cria mais atividade para uma plataforma de Internet. Por conseguinte, é mais suscetível de receber fluxos publicitários. Estima-se que, todos os anos, sejam desperdiçados desta forma mais de 400 milhões de euros.

Devemos evitar pensar que a desinformação é algo que só acontece nas redes sociais e nas grandes plataformas digitais. Os meios de comunicação social tradicionais também têm responsabilidade, nomeadamente os canais televisivos de notícias em contínuo, onde assistimos ao desfile de uma série de pseudo-peritos. Os meios de comunicação social devem estar mais atentos à verdadeira qualidade dos seus convidados, sendo necessário desenvolver uma literacia mediática que permita ao público melhorar as suas competências para decifrar o que é dito.

A luta contra a desinformação não deve, de modo algum, ser utilizada como pretexto para comprometer a liberdade de expressão. A literacia mediática que recomendamos tem por objetivo principal permitir que cada pessoa faça a verdadeira destrição entre dados científicos e meras crenças ou opiniões. Os apoiantes de Donald Trump nos Estados Unidos, mas também os populistas na Europa, nomeadamente aqueles que no Reino Unido estiveram na origem do Brexit, demonstraram bem o perigo que a propagação de informações falsas representa para as nossas democracias.

A mensagem que o nosso Comité quis transmitir foi a de que é absolutamente urgente combater a desinformação.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Todos os meses, na nossa coluna «O convidado surpresa», convidamos os nossos leitores a descobrir uma personalidade cujo trabalho e empenho são uma fonte de inspiração para os outros.

Em janeiro, os nossos convidados surpresa são Maria Demertzis, diretora-adjunta do grupo de reflexão europeu Bruegel, especializado em economia e estabelecido em Bruxelas em 2005, e Jean-Dominique Giuliani, presidente da Fundação Robert Schuman, em Paris. Criada em 1991 após a queda do Muro de Berlim, a fundação trabalha em prol da construção europeia. Os convidados descrevem os desafios da Presidência francesa do Conselho da UE num momento crucial para a evolução da Europa.

Maria Demertzis é diretora-adjunta do Bruegel. Anteriormente, trabalhou na Comissão Europeia e no departamento de investigação do Banco Central dos Países Baixos. Ocupou igualmente postos académicos na *Kennedy School of Government* da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e na Universidade de Strathclyde, no Reino Unido, onde se doutorou em economia. Tem vários artigos publicados em revistas académicas internacionais, tendo contribuído regularmente para a elaboração de políticas na Comissão Europeia e no Banco Central dos Países Baixos.

Jean-Dominique Giuliani preside a Fundação Robert Schuman, em Paris, desde 2000. Antigo conselheiro especial da Comissão Europeia, foi também *maître des requêtes* do Conselho de Estado francês, diretor de gabinete do presidente do Senado René Monory (1992-1998), diretor na direção-geral do Grupo Taylor Nelson Sofres (1998-2001) e presidente do Instituto Livre de Estudo das Relações Internacionais (ILERI) (2019-2021). Fundador da «J-DG.com - International Consultants», é também membro do conselho de supervisão do canal ARTE France. É autor de vários livros sobre a União Europeia, incluindo «La grande bascule - Le XXI^e siècle européen» (2019), e codirige o Atlas Permanente da União Europeia (2021). Editorialista e colaborador regular de vários meios de comunicação social, os seus conhecimentos especializados são solicitados com frequência em França e no estrangeiro sobre questões europeias, sendo considerado um dos melhores especialistas nesse domínio. (ehp)



Maria Demertzis: Novo Modelo de Crescimento para a Europa

No início deste ano, França assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia. Globalmente ambiciosa desde o início, a agenda da Presidência francesa tem no seu cerne a exploração de um novo modelo de crescimento para a União Europeia, que se reveste de importância capital numa era de mudanças transformadoras.

Embora os principais ingredientes para o crescimento - educação e competências, empreendedorismo e financiamento - e a presença de um Estado eficaz, com instituições sólidas, sejam requisitos indispensáveis, um crescimento convincente e sustentado exigirá uma tripla mudança.

A cooperação entre políticas, e não a concorrência, é fundamental para alcançar resultados positivos. Os conceitos de concorrência e de condições de concorrência equitativas subjazem à maioria dos quadros regulamentares em vigor a nível nacional e internacional. No entanto, a emergência de gigantes tecnológicos mundiais e a entrada da China nos mercados mundiais dificultam consideravelmente o controlo e a manutenção das condições que asseguram uma concorrência leal para todos. O conceito de condições de concorrência equitativas pressupõe que todos somos iguais. Ainda que seja esse o nosso desejo, a realidade é que os países não são todos iguais. A procura de condições de concorrência equitativas ignora este facto. Por outro lado, a cooperação e a coordenação visam alcançar resultados aceitáveis para todos. O processo de decisão deve passar a colocar a tónica na promoção desta última abordagem.

A título de exemplo, na Europa, a UE sai muito beneficiada quando [coordena](#) as suas ações a nível interno e procura falar a uma só voz no plano externo. A resposta decisiva, rápida e clara da UE durante a crise pandémica, sobretudo em comparação com a sua resposta durante a crise financeira, demonstrou a eficácia da cooperação para alcançar resultados positivos.

Medidas ecológicas com impacto e não de fachada. A UE estabeleceu, acertadamente, objetivos de política climática que são, sem dúvida, extremamente ambiciosos. Porém, os [desafios](#) a superar são enormes, incluindo no que toca à sua própria sinceridade em [passar das palavras aos atos](#). A nova taxonomia do que constituem efetivamente investimentos ecológicos, apresentada recentemente, é um exemplo de um instrumento que, não obstante a sua importância, pode ser questionado a este respeito. Do mesmo modo, o Banco Central Europeu, interveniente importante neste contexto, fez da ecologização da política monetária um dos seus principais objetivos, com razão. No entanto, não possui os instrumentos necessários para realizar este objetivo, mas também não está em condições de suportar [o custo de um fracasso](#) na consecução dos objetivos climáticos sem prejudicar os seus demais objetivos financeiros. Em moldes semelhantes, embora a UE seja eficaz na ecologização da sua produção, está longe de tornar o seu

consumo mais ecológico. A possibilidade de tributar as importações poluentes, que é uma das medidas em cima da mesa, é uma boa intenção nesse sentido, mas deverá assegurar que não impede o acesso dos países mais pobres ao mercado da UE. Trata-se de um equilíbrio muito delicado que a UE terá de gerir, uma vez que os incentivos às medidas ecológicas de fachada são evidentes.

É hora de aliar formas de pensar diferentes. Com demasiada frequência diz-se que a resolução de problemas mundiais passa pela formação de alianças estratégicas entre parceiros com visões idênticas. Em parte com o objetivo compreensível de realizar progressos, a Europa deve cooperar com parceiros que pensam e falam da mesma forma. Segundo este argumento, assim terá mais peso e, por conseguinte, maior poder de negociação face aos que não partilham as mesmas ideias. No entanto, quando se trata de resolver problemas mundiais, as alianças estratégicas parciais que negociam acordos têm, seguidamente, de os comunicar aos «outros». E quem está fora das alianças não gosta de ser confrontado com acordos em que as únicas opções são «pegar ou largar». No que diz respeito aos bens públicos mundiais, como o clima, todos devem participar nas negociações e contribuir a um ritmo proporcional às suas capacidades. É da maior importância dialogar com parceiros que têm uma visão diferente para que possamos realizar progressos sustentáveis.

Devemos mudar ligeiramente de abordagem para resolver problemas tanto mundiais como internos. É insustentável manter uma «concorrência perfeita», boas intenções, ou só dialogar com aqueles que pensam como nós. Esperemos que 2022 seja um ano de mudança.

Maria Demertzis, diretora-adjunta do Bruegel



Jean-Dominique Giuliani: 2022, um momento oportuno para uma recuperação ativa

A União Europeia dá passos em frente com cada crise. Confrontada com o vírus, conseguiu mobilizar-se tanto do ponto de vista sanitário como económico. Há muito tempo que o espírito de cooperação entre os Estados-Membros não produzia resultados tangíveis tão rapidamente. As vacinas estão disponíveis e são também exportadas para os países terceiros que delas necessitam. O apoio maciço à economia está a produzir resultados e incentiva a repensar a governação económica da União. O Banco Central Europeu demonstrou, uma vez mais, o seu papel de escudo e protetor dos europeus, permitindo o reforço dos circuitos financeiros sob pressão.

A União deve tirar partido da sua capacidade de reação para prosseguir a sua transformação.

Confronta-se com dois desafios importantes, talvez mesmo vitais: a sua prosperidade e a sua segurança. Deve adotar regras para o funcionamento da sua economia adaptadas aos desafios da transformação digital e ecológica. Pode mobilizar meios importantes recorrendo em conjunto aos mercados para investir no futuro. A dívida comum não a deve assustar quando se trata de investir e, por conseguinte, de se projetar numa nova economia. A União não demorou a identificar as suas necessidades; deve aceitar uma revisão dos seus princípios de governação económica.

A sua segurança está agora ameaçada nas suas fronteiras por potências revisionistas, que não conseguem competir com o seu poder económico e que procurarão, por conseguinte, todos os pretextos para a perturbar, desestabilizar e, assim, combatê-la. Confiantes nos seus princípios pacifistas, os europeus devem aprender a preparar-se para a guerra para não terem de a levar a cabo. Ganhar a guerra antes da guerra implica demonstrar uma forte determinação em alcançar uma verdadeira autonomia de pensamento e de ação.

Se os europeus derem coletivamente resposta a estes dois imperativos, marcarão uma nova era na construção europeia.

A força tranquila de uma UE unida para enfrentar os desafios com que se depara é a melhor forma de promover o seu modelo de liberdade e de solidariedade. Solidária com cada um dos seus membros e organizando a solidariedade entre todos os segmentos da população, a União mantém acesa a chama de um modelo social que coloca o ser humano no centro de qualquer organização social. Deve orgulhar-se disso e assumi-lo face a novos adversários autocráticos que o põem em causa.

Para o efeito, não deve ter receio nem do poder nem da imaginação criativa em matéria económica. E deve dar provas de audácia. Então, o futuro sorrir-lhe-á.

Jean-Dominique Giuliani: presidente da Fundação Robert Schuman

NOTÍCIAS DO CESE



Fazer da recuperação um êxito: CESE destaca papel fundamental da sociedade civil organizada

O CESE e a Comissão Europeia devem cooperar em prol de uma Europa que supere a pandemia e consolide a recuperação - uma Europa próspera, socialmente inclusiva e sustentável do ponto de vista ambiental. Esta foi a principal mensagem endereçada por Christa Schweng, presidente do CESE, a Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, e a Maroš Šefčovič, vice-presidente das Relações Interinstitucionais e Prospetiva, na reunião plenária do CESE em dezembro.

Christa Schweng regozijou-se com o facto de o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022 refletir várias das propostas e recomendações que o CESE apresentou na sua resolução de junho de 2021, afirmando que «as nossas prioridades coincidem largamente com as da Comissão, à qual continuaremos a dar apoio na execução dos seus

ambiciosos objetivos. Devemos também assegurar que a sociedade civil organizada prospera e vive numa sociedade aberta e baseada em valores. Unamos esforços para que a Europa seja verdadeiramente um bom lugar para viver e prosperar!»

Por seu turno, Ursula von der Leyen reconheceu o trabalho realizado pelo CESE e declarou que «o Comité sempre manteve o seu apoio e o compromisso firme para com a sua missão de fazer ouvir a voz das pessoas – empresas, trabalhadores e outras organizações da sociedade civil. Somos e continuaremos a ser parceiros próximos, tanto no planeamento anual das políticas como no desenvolvimento de uma visão a longo prazo.»

Maroš Šefčovič fez suas as palavras de Ursula von der Leyen e agradeceu ao CESE a cooperação estreita com a Comissão Europeia, afirmando que tal «mantém vivos e de boa saúde os laços entre ambas as instituições» e assinalando que «os membros do CESE são os melhores embaixadores da União Europeia.» (mp)



Ano Europeu da Juventude 2022: importantes são os resultados, não a publicidade

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) congratulou-se com a proclamação de 2022 como Ano Europeu da Juventude, mas alertou para a necessidade de ir além das meras atividades promocionais e de contribuir com planos e compromissos claros para a Estratégia da UE para a Juventude. A iniciativa tem de chegar aos jovens mais vulneráveis e aos que vivem em zonas desfavorecidas.

Para o efeito, a UE deve estabelecer indicadores e objetivos claros que se centrem nas políticas de juventude e no trabalho transetorial, de modo que as atividades organizadas não sejam um fim em si mesmas, declarou o CESE no seu [parecer](#) sobre o Ano Europeu da Juventude 2022.

«O CESE aguarda ansiosamente a oportunidade de dar um contributo positivo para o Ano Europeu da Juventude 2022. Em seu entender, esta iniciativa deve produzir resultados concretos em benefício dos jovens europeus, em domínios de intervenção com impacto nas suas vidas», afirmou o relator do parecer, **Michael McLoughlin**.

Não obstante, o CESE manifestou-se preocupado por o Ano Europeu parecer ter um programa sobrecarregado e apresentar uma panóplia de prioridades, contendo um grande número de compromissos, referências a outras iniciativas, orçamentos e domínios de intervenção.

«É importante que a proposta seja clara e concreta. Por vezes, "menos é mais", e uma longa lista de domínios estratégicos e responsabilidades partilhadas pode colocar uma ênfase menos clara nos efeitos, na responsabilidade e nos resultados», salientou Michael McLoughlin.

O CESE considera que a decisão de proclamar 2022 como Ano Europeu da Juventude é oportuna e surge no contexto certo. A crise da COVID-19 tem sido particularmente dura para os jovens e terá repercussões duradouras na sua educação e no seu bem-estar social, financeiro e mental. Contudo, o CESE também receia que a proposta tenha sido elaborada a uma velocidade vertiginosa.

Esta situação comporta o risco de que as iniciativas importantes relacionadas com a juventude sejam sobretudo declarações políticas de grande visibilidade, em vez de um desenvolvimento sistemático a longo prazo.

Além disso, a realização do Ano Europeu a nível nacional representa um desafio, uma vez que as autoridades nacionais dispõem de prazos curtíssimos para planearem atividades nos diversos Estados-Membros e poderão também deparar-se com dificuldades de financiamento para cobrir as despesas das atividades programadas.

Por conseguinte, o CESE propõe um orçamento de 10 milhões de euros, em vez dos 8 milhões propostos, dos quais dois milhões deverão destinar-se à coordenação a nível nacional. Tal é necessário para assegurar um impacto suficiente e incentivar a participação. (II)



UE contra a desinformação: visar os disseminadores e proteger os direitos fundamentais

Num parecer recente, o CESE apela para que se intensifiquem os esforços para travar as pessoas e as organizações que estão na origem da desinformação, privilegiando uma abordagem mais preventiva do que corretiva.

A pandemia de COVID-19 tornou patente que a desinformação representa uma ameaça real. Neste contexto, na sequência de uma avaliação crítica, a Comissão Europeia publicou [orientações](#), em maio de 2021, com vista a reforçar o [Código de Conduta da UE sobre Desinformação](#) e a proporcionar, assim, um espaço em linha mais seguro e fiável.

No [parecer](#) elaborado em reação a essas orientações, o CESE defende que a Comissão se concentra excessivamente nos conteúdos e na respetiva moderação e não, de forma suficiente, em quem os dissemina.

Segundo **Thierry Libaert**, relator do parecer, «os conteúdos mudam em permanência, as plataformas utilizadas evoluem, mas os principais intervenientes continuam a ser fundamentalmente os mesmos e as suas motivações não se alteram».

O CESE observa que a desinformação é um negócio em plena expansão e congratula-se com a tónica colocada pela Comissão na luta contra a sua capacidade de monetização. As informações falsas propagam-se seis vezes mais depressa do que as informações verdadeiras, recebem mais «gostos», são partilhadas mais frequentemente, geram mais atividade e atraem mais atenção, o que garante mais visitantes e, por conseguinte, mais valor e receitas publicitárias.

Frances Haugen, denunciante da Facebook, revelou recentemente que, ao invés de combater este fenómeno, o seu empregador fez dele parte integrante do seu modelo de negócio.

No entanto, a fim de combater de forma mais eficaz a desinformação na sua fonte, a Comissão deve considerar a adoção de um leque de instrumentos económicos, legislativos e financeiros mais vinculativos do que os compromissos voluntários assumidos pelos anunciantes publicitários em linha.

«A União Europeia deve dotar-se de mais competências para lutar eficazmente contra a desinformação, disseminada sistematicamente por poderes hostis, muitas vezes sob a orientação de governos de determinados países terceiros, com destaque para a Rússia e a China», assevera o relator.

O CESE defende que as autoridades nacionais precisam de mais apoio dos serviços de informações e apela para a cooperação e a partilha de conhecimentos entre todos os Estados-Membros da UE. No entanto, tendo em conta que a liberdade dos meios de comunicação social e os sistemas judiciais se encontram sob ameaça em vários Estados-Membros, a Comissão deve assegurar que a luta contra a desinformação não é utilizada como pretexto para limitar as liberdades cívicas, nomeadamente a liberdade de expressão.

A Comissão deve intensificar os esforços dedicados a conteúdos não anglófonos, em especial nos países que fazem fronteira com a Rússia, e centrar-se mais em plataformas menos conhecidas, como a VKontakte,

Rumble, Odysee, Gab e Parler, a par das redes de referência. Apesar de as plataformas mais pequenas disporem de públicos mais restritos, podem ser menos transparentes e visar mais facilmente grupos específicos.

Uma vez que estão sempre a surgir novas redes, que os meios que estas utilizam são cada vez mais sofisticados (como as falsificações profundas) e que algumas aplicações estão na fronteira entre uma plataforma e um serviço de mensagens pessoais (como a Telegram), importa agir assim que se deteta um novo risco. (dm)



[CESE insta Comissão Europeia a ser mais ambiciosa nos esforços para orientar a economia e o financiamento da UE para a sustentabilidade](#)

Na sua última reunião plenária, o Comité Económico e Social Europeu realizou um debate com a comissária Mairead McGuinness sobre a forma de alcançar um sistema económico e financeiro europeu mais ecológico, mais sustentável e mais digital.

Na reunião plenária, foram adotados vários pareceres para ajudar a abrir caminho para uma UE verdadeiramente mais sustentável. Num parecer de iniciativa, o CESE propõe a elaboração de uma série de novos indicadores para complementar o PIB e contribuir para a transição. Noutro parecer, o CESE apoia o objetivo de reorientar os investimentos, mas considera que uma grande parte das medidas propostas pela

Comissão na sua estratégia renovada para o financiamento sustentável parecem, muitas vezes, demasiado hesitantes e não têm em conta o conceito fundamental de sustentabilidade social. Além disso, a taxonomia da UE não aborda os objetivos ambientais e sociais em pé de igualdade e deixa dúvidas sobre atividades económicas controversas. Por último, num terceiro parecer, o CESE congratula-se com a ideia de uma nova norma «voluntária» para as obrigações verdes europeias e formula recomendações essenciais sobre a forma de a transformar num instrumento verdadeiramente eficaz para ajudar os investidores a investirem em projetos que tenham um impacto positivo no ambiente. (tk)



Voluntariado merece maior reconhecimento na UE

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) instou a UE e os Estados-Membros a apoiarem o voluntariado de forma sistemática e ponderada. Tal apoio reconheceria o impacto substancial do voluntariado no desenvolvimento social da Europa e o seu papel crucial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e na promoção da inclusão social.

No seu [parecer de iniciativa](#) sobre o voluntariado, o CESE propõe que a UE declare 2025 o Ano Europeu dos Voluntários, expanda os programas europeus de voluntariado e o seu financiamento às pessoas mais velhas e elabore uma metodologia a nível da UE para a recolha de dados sobre a atividade de voluntariado que os países e as organizações possam partilhar.

O relator do parecer, Krzysztof Pater, declarou que «o futuro da Europa não será construído por decisores políticos, representantes políticos ou organizações da sociedade civil, mas sim por cidadãos ativos e voluntários – por pessoas que investem o seu tempo livre para o bem da sociedade».

Na Europa, uma em cada cinco pessoas faz voluntariado todos os anos. De acordo com um inquérito recente, 25% dos jovens da UE participam numa atividade voluntária todos os anos. Voluntários de todas as idades e origens doam, todos os dias, o seu tempo a atividades relacionadas com as pessoas ou o ambiente, reforçando a sociedade e construindo um futuro sustentável.

«É necessário um apoio sistemático e em larga escala, tanto a nível da UE como nacional, porque o impacto do voluntariado é muito superior ao custo potencial», afirmou Krzysztof Pater. De acordo com os dados disponíveis, a atividade dos voluntários tem um valor económico real (ascendendo em muitos países a mais de 2% do PIB).

Após terminado o Ano Europeu do Voluntariado 2011, este tema começou gradualmente a desaparecer da agenda europeia, tendo só surgido esporadicamente – com a criação pela UE do Corpo Voluntário Europeu para a Ajuda Humanitária e do Corpo Europeu de Solidariedade e a definição do voluntariado como tema prioritário no Programa Europa para os Cidadãos.

O CESE tem para si que o contributo dos voluntários, assim como o bem-estar e o sentimento de ligação que sentem em retorno, merecem maior reconhecimento. (II)



Planos nacionais de recuperação: uma oportunidade para reduzir o desemprego juvenil

Devido à COVID-19, o desemprego dos jovens aumentou exponencialmente em muitos Estados-Membros, contribuindo para a subida do número de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação (NEET). Num parecer de iniciativa recente, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) defende que os planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR) constituem uma oportunidade única para inverter esta tendência e garantir um trabalho digno a todos os jovens europeus.

«Os planos nacionais de recuperação constituem uma oportunidade única, que tem de ser aproveitada mediante uma governação inclusiva e um diálogo aberto e transparente», afirmou a relatora do parecer, **Nicoletta Merlo**.

Lamentando a «ausência de uma consulta significativa dos parceiros sociais, das organizações de jovens ou da sociedade civil organizada» durante a elaboração dos PRR, a relatora declarou que o CESE apelou à participação destas partes interessadas nas etapas de execução e monitorização dos planos.

«Desta forma, será possível salvaguardar o diálogo social a nível nacional, que é essencial para garantir que os fundos públicos são bem utilizados e lograr uma recuperação inclusiva. Queremos que os Estados-Membros criem empregos de qualidade e serviços inclusivos para os jovens, em particular para os que têm incapacidades ou, por qualquer motivo, são mais vulneráveis», salientou Nicoletta Merlo.

Os planos deverão dar particular atenção à melhoria das competências dos jovens, sempre que necessário, e privilegiar a celebração de contratos sem termo e a criação de condições de trabalho dignas que reduzam o risco de grande parte dos jovens trabalhadores encontrar apenas empregos precários, uma situação frequente nos nossos dias.

De acordo com dados recentes do Eurostat, uma em cada seis pessoas com menos de 30 anos perdeu o emprego devido às consequências económicas da COVID-19. É especialmente preocupante o aumento do número dos jovens NEET, cuja situação se agravou devido ao abandono escolar, à falta de orientação adequada, à falta de oportunidades de emprego e à perda de postos de trabalho.

Uma das formas de combater o abandono escolar precoce é promover estágios de qualidade, que contribuem igualmente para facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho. É por esta razão que o CESE apela à proibição dos estágios não remunerados e defende uma remuneração digna para todos os estagiários. (II)



CESE defende parceria UE-EUA como âncora para a democracia, paz e segurança

Perante uma China e uma Rússia na ofensiva, impõe-se uma parceria transatlântica renovada e fiável para manter a ordem internacional e jurídica e a paz. O CESE apoia a ideia de uma Aliança das Democracias, no âmbito da qual a sociedade civil tenha uma voz ativa na defesa conjunta dos valores e direitos universais.

Num [parecer de iniciativa](#) adotado na reunião plenária de dezembro, o CESE salientou que, em conjunto, a UE e os EUA devem ser guardiões do Estado de direito e dos direitos humanos para todos, deixando ao mesmo tempo claro a importância das relações transatlânticas para o lugar da Europa no mundo.

Christian Moos, relator do parecer, sublinhou que «a ideia de direitos humanos universais continua a unir grande parte da UE com as democracias livres do mundo, sobretudo os Estados Unidos da América».

Peter Clever, correlator, acrescentou: «O carácter universal dos direitos humanos reflete-se neste compromisso global de todos na aplicação [desses direitos]. É isto que lhes dá valor enquanto base para o diálogo e a compreensão».

O CESE sublinha com firmeza que só uma sociedade civil dinâmica pode gerar entusiasmo e salvaguardar valores, pelo que insta a UE a criar uma plataforma transatlântica para a sociedade civil organizada com pontos de contacto na América do Norte e na Europa. Além disso, o diálogo transatlântico com a sociedade civil deve desenrolar-se em torno de uma série de temas, nomeadamente os direitos civis, a desinformação e a ação climática.

O CESE apoia vivamente a ideia de uma Aliança das Democracias e exorta a UE a integrar uma frente unida com os EUA e as demais democracias do mundo com vista a prosseguir uma «estratégia de contenção cooperativa» em relação à China, que respeite e salvaguarde os legítimos interesses chineses, mas que resulte em respostas diplomáticas claras e assertivas em situações de violação dos direitos, a exemplo dos uigures e dos manifestantes de Hong Kong. (at)

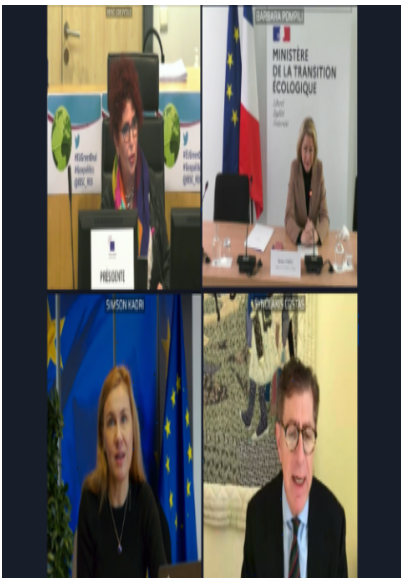


[CESE adota parecer sobre o pacote legislativo em matéria de combate ao branqueamento de capitais](#)

A Comissão Europeia apresentou aos legisladores e ao Comité Económico e Social Europeu o seu novo pacote legislativo de 2021 em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Num parecer adotado na reunião plenária de dezembro, o CESE apoia plenamente as propostas, mas sublinha igualmente a urgência de aplicar estas medidas e propõe aditamentos importantes. O Comité apoia, na generalidade, a criação da nova Autoridade para o Combate ao Branqueamento de Capitais. Reitera também a sua proposta de um pacto europeu para combater comportamentos que prejudicam os princípios éticos e políticos das nossas democracias e minam os bens públicos, e preconiza a criação de um novo órgão consultivo da sociedade civil no domínio da luta contra o branqueamento de capitais. Além disso, é

urgente aplicar o regulamento relativo aos criptoativos. A Comissão Europeia deve ainda insistir para que se adotem rapidamente medidas no que diz respeito à transposição tardia e incompleta das anteriores diretivas relativas ao combate ao branqueamento de capitais em alguns Estados-Membros, devendo ser adotadas medidas específicas para monitorizar as «empresas de fachada». Deve igualmente ponderar a forma de alargar as medidas para que abranjam os canais de branqueamento de capitais fora do sistema financeiro. Por último, o CESE está firmemente convicto de que é necessário elaborar uma nova lista, realista e exaustiva, de países terceiros de risco elevado. (tk)



[Transição ecológica não é retórica científica mas uma questão de sobrevivência](#)

A [conferência sobre a geopolítica do Pacto Ecológico](#), organizada pelo CESE em conjunto com a [Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável](#) das Nações Unidas, pôs em evidência as vastas implicações geopolíticas do Pacto Ecológico, tanto para a Europa como para o resto do mundo. O CESE está disponível para contribuir para esse processo, a fim de assegurar que a sociedade civil se apropria plenamente do Pacto Ecológico Europeu.

Segundo o [relatório sobre o desfasamento em termos de emissões](#), publicado em outubro de 2021, quase três décadas após a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, as

emissões nocivas para o clima aumentaram significativamente.

Christa Schweng, presidente do CESE, sublinhou: «É por este motivo que a transição ecológica é uma questão de sobrevivência, não só para a Europa mas para todo o mundo. A sociedade civil organizada pode desempenhar um papel crucial nesse processo. Não devemos esquecer que para a transição ecológica se concretizar necessita, antes de mais, do apoio dos nossos cidadãos.»

A comissária da Energia, **Kadri Simson**, acrescentou: «A nossa relação com os nossos parceiros vai mudar. Todos têm de contribuir para resolver a crise climática. A reconfiguração do sistema energético ditará o nascimento de novas relações.»

Segundo **Barbara Pompili**, ministra francesa da Transição Ecológica, o Pacto Ecológico e a transição ecológica afetarão profundamente as relações internacionais. A Europa tem de ser tão ambiciosa quanto possível na redução das emissões, na preservação e restauração da biodiversidade e na luta contra a poluição. A solidariedade é vital para dar corpo ao Pacto Ecológico e assegurar uma transição verdadeiramente justa. Importa colocar a tónica na transição ecológica do setor da energia, pelo que a ação geopolítica da UE deve ajudar a diminuir a volatilidade dos preços da energia e, concomitantemente, os riscos subjacentes à promoção e expansão da utilização das energias limpas. A autonomia estratégica aberta requer novas cadeias de valor capazes de gerar empregos de qualidade e retorno económico para as comunidades locais. (at)



[Diálogo mediado pela UE continua a ser fundamental para a normalização das relações Kosovo-Sérvia](#)

A resolução dos conflitos e a normalização das relações entre o Kosovo* e a Sérvia estiveram em destaque na 51.ª reunião do Comité de Acompanhamento para os Balcãs Ocidentais. A reunião, presidida por Ionuț Sibian, contou com a presença de oradores proeminentes, nomeadamente representantes da UE, peritos em questões dos Balcãs Ocidentais e representantes da sociedade civil das comunidades locais, tendo todos eles concordado que o diálogo mediado pela UE é a única forma de efetuar progressos.

Miroslav Lajčák, representante especial da União Europeia para o Diálogo Belgrado-Pristina e para outros assuntos regionais dos Balcãs Ocidentais, apresentou uma panorâmica do diálogo mediado pela União Europeia e respetivos desafios, lamentando que fosse necessário, mais uma vez, centrar as conversações na resolução do conflito e não na conclusão do processo de normalização.

Marko Prelec, do Grupo Internacional de Crise, afirmou que um acordo global entre o Kosovo e a Sérvia não é, de momento, um objetivo realista, pois um acordo deste tipo implicaria o reconhecimento mútuo dos dois

territórios.

Leon Hartwell, do Centro de Análise de Políticas Europeias (CEPA), lamentou a falta de vontade política para aplicar os 30 acordos entre o Kosovo e a Sérvia mediados pela UE.

Branislav Staníček, do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS), realçou a importância da cooperação transatlântica para o sucesso do diálogo relativo ao processo de normalização. Os participantes das organizações da sociedade civil de Belgrado, Pristina e Norte de Mitrovica destacaram a importância da criação de condições que ponham termo à divisão étnica entre as comunidades.

*Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto do Kosovo e está conforme com a Resolução n.º 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o parecer do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre a declaração de independência do Kosovo. (at)



Objetivo 55 – políticas climáticas adequadas têm de assegurar equilíbrio entre equidade, redução das emissões e competitividade

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) apelou a uma série de medidas para assegurar que todas as partes são consultadas e beneficiam das propostas da Comissão Europeia constantes do Objetivo 55, que colocam a UE no bom caminho para reduzir em 55% as emissões de carbono até 2030.

«A consecução das metas revistas para 2030, conforme proposto no pacote Objetivo 55, afetará de forma desigual as regiões e as comunidades em toda a Europa. Por conseguinte, a conceção e o financiamento apropriados de mecanismos de solidariedade adequados são muito importantes, tendo em vista uma transição ecológica, competitiva e equitativa em termos sociais», afirmou **Cillian Lohan**,

vice-presidente do CESE.

Pareceres do CESE e conclusões comuns

O CESE, nos seus pareceres (num total de [22 pareceres](#) style="color:blue"> class="underline">), apoia firmemente o pacote enquanto meio necessário para acelerar a transição energética e alcançar a neutralidade climática. No entanto, sublinha igualmente que as políticas têm de assegurar um bom equilíbrio entre equidade social, redução das emissões e competitividade.

Recomendações comuns do CESE:

- Embora alguns setores sejam fortemente afetados pelas medidas propostas no pacote, a transição para uma indústria ecológica gerará oportunidades para outros setores. O objetivo tem de ser assegurar políticas equilibradas que apoiem as pessoas negativamente afetadas pela transição climática.
- São necessários programas de melhoria de competências e de requalificação tanto para os empresários como para os trabalhadores a fim de garantir que possam aceder às mais recentes tecnologias disponíveis e adquirir competências digitais e no domínio da sustentabilidade.
- A participação da sociedade civil é fundamental para a transparência, a responsabilização e a definição de uma política económica equilibrada em toda a UE, que concilie todos os interesses.
- Os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil pertinentes têm um papel importante a desempenhar e devem ser associados tanto na fase de planeamento como de aplicação do pacote Objetivo 55.

É fundamental não excluir ninguém da transição, o que significa que os cidadãos têm de estar no cerne da transição ecológica. (mr)



Plano de Recuperação da UE deve contribuir para uma transição justa para as indústrias da UE com utilização intensiva de recursos e de energia

O Comité Económico e Social Europeu adotou [um parecer de iniciativa](#) sobre o tema «Como podem as indústrias com utilização intensiva de recursos e de energia tirar partido do Plano de Recuperação da UE na sua transição, socialmente aceitável, para a descarbonização e a digitalização». O CESE encoraja a Comissão e as outras instituições da UE a garantir condições equitativas no mercado único, a fim de evitar desequilíbrios nas vantagens para a indústria, dependendo da abordagem de cada Estado-Membro.

A produção industrial na Europa foi duramente afetada pela pandemia e, embora as empresas europeias em setores com utilização intensiva de recursos e de energia já se encontrassem numa situação precária, confrontam-se agora com esta nova crise inesperada. Ao mesmo tempo, as empresas europeias dos setores com utilização intensiva de recursos e de energia também se confrontam com a necessidade premente de se adaptarem aos objetivos políticos europeus em matéria de luta contra as alterações climáticas através da aplicação do Pacto Ecológico Europeu.

«Só será possível realizar a transição industrial se a transição energética se concretizar. A investigação e a inovação, bem como a aplicação adequada dos planos de recuperação da UE, são fundamentais para uma

[transição justa](#) em consonância com o objetivo de [neutralidade carbónica](#). Para o efeito, será fundamental

dispor de fontes de energia hipocarbónicas em quantidade suficiente e a preços acessíveis, que permitam uma produção industrial com baixas emissões de carbono», afirmou o relator, **Andrés Barceló Delgado**.

«É crucial proporcionar uma transição justa para as indústrias com utilização intensiva de recursos e de energia. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência da UE e os planos nacionais de recuperação e resiliência conexos devem conduzir à criação e manutenção de empregos de qualidade, associar os parceiros sociais e apoiar as transições laborais através da requalificação e da melhoria de competências, afirmou o correlator, **Enrico Gibellieri**. (ks)

As atividades do CESE durante a Presidência francesa da União Europeia

A Presidência francesa do Conselho da União Europeia inicia-se num momento decisivo, em que a União Europeia se confronta com múltiplos desafios, a saber, sanitários, sociais, económicos e ambientais.

Entre as suas prioridades principais figura a ambição de uma Europa mais soberana no domínio da migração, da defesa e da política de vizinhança, a par de outros objetivos importantes, tais como a construção de um novo modelo europeu que concilie as dimensões económica, ambiental e social, ou o reforço do nosso sentimento de pertença, que é a razão de ser do projeto europeu e o desafio no cerne da Conferência sobre o Futuro da Europa. Durante a sua Presidência do Conselho da União Europeia, França tenciona igualmente prestar especial atenção à voz dos jovens, homenageados em 2022 com o Ano Europeu da Juventude.

Determinado a cooperar estreitamente com a Presidência francesa e a fazer ouvir a voz das organizações da sociedade civil europeia, o Comité Económico e Social Europeu congratula-se com a perspetiva de cooperar com aquela na realização de uma União Europeia forte e próxima dos seus cidadãos. A presente brochura apresenta as atividades e iniciativas principais do CESE para apoiar os esforços da Presidência francesa. A brochura está disponível em inglês, francês e alemão no [sítio Internet do CESE](#). Para obter a edição em papel, contacte: vipcese@eesc.europa.eu. (af)



The EESC's activities
during the French Presidency



January-June 2022



NOTÍCIAS DOS GRUPOS



#TheFutureIsYours
@employers_EESC

Setting out a New Vision for
the Future of Europe

10 December 2021 | 9.30-13.00

Follow online and in EESC JDE61



Traçar uma nova visão para o futuro da Europa

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

O futuro da Europa está estreitamente ligado ao futuro da sua indústria: as grandes ambições têm de assentar em empresas fortes e inovadoras com meios para satisfazer as necessidades da dupla transição digital e ecológica e reforçar, ao mesmo tempo, a competitividade da UE.

Com esse objetivo em vista, o Grupo dos Empregadores organizou um evento emblemático no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, em que abordou esses temas com diretores executivos de empresas inovadoras, membros do CESE e representantes de associações empresariais europeias. O evento contou ainda com a

participação especial de Herman Van Rompuy, antigo presidente do Conselho Europeu. Das intervenções dos oradores principais, dos painéis de debate e também das observações e perguntas do público ressaltaram as seguintes mensagens:

- 1. Restaurar a esperança e o otimismo no projeto europeu:** num momento em que a pandemia continua a progredir, a construção de um futuro melhor só poderá ter êxito se incluir na equação o espírito empreendedor.
- 2. Uma Europa mais competitiva - aumentar a prosperidade das gerações atuais e futuras:** a Conferência sobre o Futuro da Europa deve centrar todos os esforços na obtenção de resultados tangíveis com a reconstrução da economia pós-COVID-19, assegurando que a Europa se torne o local mais atrativo para criar, gerir e expandir uma empresa.
- 3. Tirar pleno partido do quadro institucional atual:** a UE deve aproveitar plenamente o quadro institucional existente, dado que pode alcançar muitos dos seus objetivos sem alterar os Tratados.
- 4. Eliminar a compartimentação - parcerias intersetoriais para favorecer a inovação e o crescimento:** num mundo altamente volátil, a capacidade de trabalhar em rede ultrapassando a compartimentação, formando redes altamente ágeis tanto a nível local como a nível mundial ao longo dos ecossistemas digitais, constitui um elemento fundamental para favorecer a inovação e o crescimento e promover, assim, um modelo de crescimento sustentável para a Europa.

5. **Colaboração entre os governos e as empresas para assegurar o êxito da dupla transição:** a fim de acelerar a transição ecológica e digital, há que reunir diversas iniciativas numa política coerente.

6. **Novos modelos de negócio sustentáveis:** o futuro da Europa está estreitamente ligado ao futuro da sua indústria e as grandes ambições exigem empresas fortes e inovadoras. O futuro das empresas depende da sua capacidade de se adaptarem e reinventarem graças a novos modelos empresariais mais sustentáveis.

7. **Talentos, educação e competências para o futuro:** a importância das competências e da educação constitui uma responsabilidade partilhada fundamental para inovar ao longo de todo o ecossistema, sendo essencial para a competitividade da Europa e para o êxito da dupla transição digital e ecológica. Mais informações sobre o evento e a participação do Grupo dos Empregadores do CESE na Conferência sobre o Futuro da Europa:

Relatório completo: <https://europa.eu/!76xuy6>

Vídeo do evento: <https://www.youtube.com/watch?v=xd9AWe1W3nE&t=1s>

Manifesto «Capacitar a UE para a ação» (em inglês): <https://europa.eu/!qRGjVK>

Para mais informações, consulte o sítio Web do evento: <https://europa.eu/!Qxx7C9> (dv/kr)



[Pôr termo ao impasse nas patentes das vacinas contra a COVID-19](#)

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

O regresso dos cidadãos europeus à rotina após a pausa natalícia tem sido acompanhado de uma onda de COVID-19 no continente, causada pela nova variante ómicron, que originou um aumento exponencial do número de infeções em todo o mundo. No entanto, graças à imunização natural e à vacinação da população, bem como à evolução do vírus para variantes menos letais e agressivas, o número extremamente elevado de contágios apresenta uma percentagem inferior de casos de doença grave, hospitalização e morte.

Não obstante, os sistemas de saúde europeus estão mais uma vez sobrecarregados. E embora as taxas de vacinação sejam em geral muito elevadas nos países ricos, o mesmo não acontece em muitas outras partes do mundo, com sistemas de saúde menos bem preparados. A pandemia continua a ser uma causa de mortalidade a nível mundial, atingindo com especial violência os países em desenvolvimento, onde o vírus continua a mutar a uma velocidade preocupante. Por vezes, estas mutações originam variantes menos agressivas, como a variante ómicron, mas nem sempre é esse o caso.

Para podermos ultrapassar finalmente esta pandemia, é necessário um maior esforço em matéria de vacinas. As vacinas contra a COVID-19 foram desenvolvidas graças a avanços extraordinários na ciência e na medicina e a milhares de milhões de euros de investimento público, pelo que devem ser um bem público e a sua utilização deve estar sob o controlo das instituições democráticas. Precisamos de suspender temporariamente as patentes relativas às vacinas contra a COVID-19 e respetivos produtos e tecnologias de saúde, em geral, nos termos do Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio (OMC). Há um ano, a Índia e a África do Sul propuseram a derrogação do Acordo TRIPS para garantir que, durante esta pandemia, os direitos de propriedade intelectual não se tornam um obstáculo à obtenção e ao desenvolvimento urgentes, universais e a preços comportáveis dos respetivos produtos de saúde, incluindo as vacinas necessárias para combater a COVID-19. A derrogação é apoiada por mais de 100 países junto da OMC. No entanto, a União Europeia está entre os membros da OMC que ainda não apoiaram a proposta de derrogação dos direitos de propriedade intelectual relacionados com a COVID-19 ao abrigo do Acordo TRIPS, nomeadamente no que se refere às vacinas contra a COVID-19.

Não aprovar urgentemente esta derrogação significa que um pequeno número de grandes empresas farmacêuticas poderá impedir outros fabricantes de produzir vacinas contra a COVID-19, dificultando os esforços da UE para aumentar a sua produção interna, bem como o fabrico de vacinas nos países em desenvolvimento. O prolongamento da epidemia resultante desta omissão colocará igualmente em perigo a retoma económica, tanto na UE como a nível mundial. Tal como a nova vaga demonstrou durante esta pausa natalícia, o fim endémico da pandemia pode estar à vista; no entanto, há ainda um longo caminho a percorrer e a pandemia continuará por muito mais tempo a causar um elevado número de óbitos a nível mundial se vastas camadas da população continuarem sem acesso às vacinas. (prp)



Estudo do CESE revela desfasamento entre espírito de voluntariado e oportunidades reais

Pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Em todos os Estados-Membros da UE há pessoas dispostas a fazer voluntariado, como confirmado num estudo recente do CESE sobre as [novas tendências na evolução do voluntariado na União Europeia](#). Porém, apesar do forte espírito de voluntariado, as taxas reais de participação variam consoante o Estado-Membro, em grande parte devido a níveis de tradição e de infraestruturas diferentes.

O estudo revela ainda duas tendências pan-europeias em matéria de infraestruturas de voluntariado: o maior papel dos novos intervenientes no fomento da dinâmica do voluntariado e na sua articulação com oportunidades nesse domínio, bem como o crescimento do voluntariado espontâneo graças às novas tecnologias e às redes sociais.

O estudo recomenda que se invista no reforço da participação de terceiros e na eliminação de barreiras ao voluntariado espontâneo e individual. Recomenda igualmente que se ajude as organizações de voluntariado a adequarem melhor as atividades de voluntariado às preferências de voluntários potenciais.

O CESE encomendou o estudo a pedido do [Grupo Diversidade Europa](#), cujos membros mantêm um contacto próximo com os voluntários no quotidiano e desempenham um papel fundamental na organização e na manutenção da dinâmica do voluntariado.

O estudo foi publicado em dezembro no âmbito do Dia Internacional do Voluntariado e apresentado num evento em linha organizado pelo Grupo Diversidade Europa. O evento para os média foi moderado pela vice-presidente do Grupo Diversidade Europa, **Kinga Joó**, com a introdução a cargo de **Séamus Boland**, presidente do Grupo Diversidade Europa, e contou com uma apresentação realizada pelo autor principal do estudo,

Lucas Meijs, e por **Krzysztof Pater**, relator do recente Parecer do CESE - [Voluntários - Cidadãos que constroem o futuro da Europa](#).

Para mais informações sobre o [estudo](#), o [parecer do CESE](#) e a [apresentação do estudo](#), consulte o sítio Web do CESE.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



99 estudantes unidos no combate às notícias falsas

Ao longo dos próximos meses, por toda a Europa, alunos do ensino secundário estarão a preparar-se para debater em conjunto as formas de combate à desinformação na Europa. Em março, selecionarão as ideias que suscitem maior adesão para apresentarem aos dirigentes da UE.

«A verdade da mentira – Os jovens contra a desinformação» é o título da 13.^a edição do evento «A tua Europa, a tua voz», a iniciativa emblemática do CESE para os jovens.

561 escolas secundárias dos 27 Estados-Membros da UE, dos cinco países candidatos (Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia e Turquia) e do Reino Unido candidataram-se para participar nesta edição de 2022 ([YEYS 2022](#)). O prazo de candidatura terminou em 2 de dezembro de 2021. As escolas participantes (uma por país) foram selecionadas por sorteio, em 9 de dezembro de 2021, e a [lista das escolas selecionadas](#) está disponível em linha.

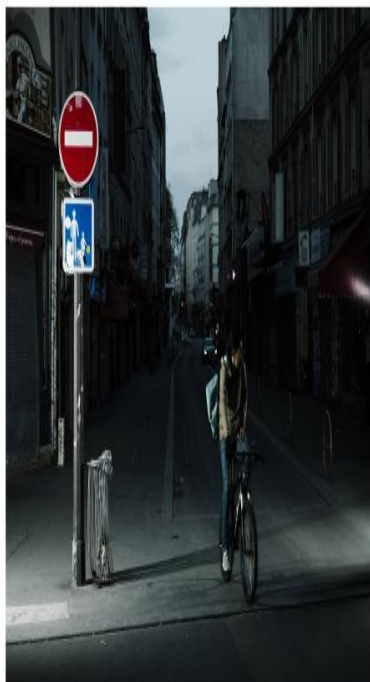
As sessões de debate terão lugar à distância, em 31 de março e 1 de abril de 2022. Neste momento, o CESE já não tem mãos a medir com os preparativos para acolher os 99 estudantes e os seus professores coordenadores.

Em meados de janeiro de 2022, os membros do CESE começarão a visitar as escolas selecionadas, na qualidade de mentores para ajudar os alunos a preparar-se para as sessões principais.

O objetivo do evento é sensibilizar para os perigos da desinformação e incentivar os jovens a tornarem-se mais ativos no combate às notícias falsas.

O evento «A tua Europa, a tua voz» foi assinalado como um dos principais eventos do Ano Europeu da Juventude 2022. (ck)

Os condutores de entregas são os vaqueiros modernos: exposição de fotografia



LES COWBOYS MODERNES
© Frédéric Stucin

O CESE acolhe uma exposição virtual de fotografias do fotógrafo francês Frédéric Stucin que apresentam os entregadores de refeições como elementos distintivos da vida urbana dos nossos dias e como uma nova forma de emprego que muitas vezes contorna as normas europeias de saúde e segurança para os trabalhadores.

A exposição apresenta uma série de 20 imagens de condutores que efetuam entregas para a Uber Eats, a Deliveroo e outras plataformas do mesmo tipo.

«Percorrendo a cidade, dia e noite, em ritmo acelerado na sua bicicleta ou motoreta, estes condutores fazem-me lembrar os antigos cavaleiros legendários que faziam a entrega do correio da Pony Express nos EUA», afirma **Frédéric Stucin**.

As fotografias retratam também as condições difíceis em que trabalham – irredutíveis mesmo nas condições meteorológicas mais difíceis, aguardam as encomendas fora dos restaurantes, suportam os seus próprios custos de transporte e multas, lidam com plataformas insensíveis e clientes difíceis e aceitam o risco de sofrer um acidente.

As plataformas com que trabalham dizem oferecer flexibilidade e liberdade de escolha do horário de trabalho, mas muitos destes trabalhadores veem-se privados de uma série de direitos laborais fundamentais. Registaram-se alguns progressos e algumas plataformas oferecem agora condições ligeiramente melhores, ao passo que os próprios trabalhadores começam a criar alguns mecanismos de apoio mútuo.

«Com estas imagens, queria prestar homenagem a esses homens e mulheres corajosos que merecem todo o nosso respeito», conclui **Frédéric Stucin**.

As fotografias chamam a atenção para os problemas enfrentados por este grupo cada vez maior de trabalhadores atípicos, paralelamente ao [Parecer do CESE – O diálogo social como instrumento de promoção da saúde e segurança no trabalho](#), que será debatido na reunião plenária de janeiro.

A exposição, coorganizada com a Presidência francesa do Conselho da UE, estará patente **de 15 de janeiro a 15 de fevereiro** de 2022. Descubra-a [AQUI](#). (ck)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katharina Radler (kr)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

01/2022